

AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL: A (IN)VISIBILIDADE DA SEXUALIDADE E DAS RELAÇÕES DE GÊNERO¹

Andreza Marques de Castro LEÃO²
Paulo Rennes Marçal RIBEIRO³

RESUMO: O presente estudo, de natureza teórica, visa discorrer acerca das políticas educacionais no Brasil, objetivando desvelar o que dizem estas políticas, a legitimidade e visibilidade que dão para abrangência da sexualidade no âmbito escolar. Tanto a sexualidade quanto as relações de gênero ganharam uma atenção nas pesquisas educacionais brasileiras em meados dos anos 90 do século XX. Entre estas políticas, têm-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Eles apresentam os temas transversais: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual, os quais devem ser integrados às áreas ditas convencionais da escola. Outro documento educacional desta mesma década é o Plano Nacional de Educação (PNE), porém este abarca de forma oculta a sexualidade e as relações de gênero. De fato, tanto na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), quanto no PNE estes assuntos são velados. Uma iniciativa interessante que está ocorrendo no Brasil é o projeto Gênero e Diversidade Sexual (GDE), destinado a formação de profissionais da área de educação nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais, se inserindo na perspectiva nacional de implementação de políticas públicas de igualdade e de respeito à diversidade. Contudo, ainda há muito a se fazer pensando na efetivação de políticas públicas que sejam eficazes no tocante ao espaço e visibilidade para o trato da sexualidade. Há que se articular além da inserção destes temas nestas políticas, estratégias de sensibilização dos profissionais da educação de maneira a afiançar que sejam de fato postas em prática.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas educacionais. Sexualidade. Relações de gênero.

INTRODUÇÃO

A educação é um locus privilegiado e propício para análise das políticas públicas favoráveis à igualdade, e em especial, à igualdade de gênero (VIANNA, 2006). Porém, a autora adverte que em muitas das leis e dos planos educacionais nem sempre este assunto é tratado, podendo estar ausente ou velado. Na realidade, assuntos distintos de sexualidade não são mencionados de forma explícita e muito abrangente nestes documentos.

¹ Apoio: FAPESP e CNPq.

² Pesquisadora Prope- 'Jovem Pesquisador'. UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Psicologia da Educação. NUSEX - Núcleo de Estudos da Sexualidade. Araraquara – SP - Brasil. 14800-901 - andreza_leao@yahoo.com.br

³ UNESP - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Psicologia da Educação. NUSEX - Núcleo de Estudos da Sexualidade. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - paulorenes@fclar.unesp.br

Considerando as demandas da contemporaneidade, as quais apontam a necessidade das discussões da temática da sexualidade no cenário escolar, ‘é preciso analisar o que dizem as políticas educacionais, isto é, a legalidade que oferecem para que tais discussões ocorram neste cenário.

Frente ao exposto, o presente estudo, de natureza teórica, visa discorrer acerca das políticas educacionais no Brasil, objetivando desvelar o que dizem estas políticas, a legitimidade e visibilidade que dão para abrangência deste tema no âmbito escolar.

DESENVOLVIMENTO

Vianna e Unberhaum (2004, p.79) afirmam que o encontro das relações de gênero e educação ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais em meados dos anos 90 do século XX. O mesmo pode ser dito com relação à sexualidade de maneira geral. No entanto, as pesquisadoras indicam que “[...] as reflexões sobre o atual desenvolvimento de políticas educacionais e suas conseqüências para um sistema de ensino que reproduz de alguma maneira a desigualdade de gênero não foram suficientemente desenvolvidas.”

Deste modo, é preciso estudos que tentem analisar estas políticas de forma atenta e crítica, pois como as citadas autoras frisam “[...] a avaliação sistemática das políticas públicas educacionais, nesta perspectiva, pode se tornar um precioso aporte para a percepção das desigualdades de gênero.” (VIANNA; UNBERHAUM, 2004, p.80).

Entre estas políticas educacionais, estratégicas na abordagem de gênero e sexualidade, tem-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que são uma proposta de renovação da orientação curricular criada pela Secretaria da Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) para acolher a necessidade de uma renovação da educação básica voltada para a cidadania (BRASIL, 1997). Eles apresentam os temas transversais, os quais advêm das reformas educacionais européias, especialmente na Espanha. Por meio deles distintos países buscam adequar o sistema educacional às novas realidades sócio-culturais da contemporaneidade.

Os temas transversais não se compõem como disciplina, porém se articula entre todas as disciplinas historicamente tratadas na escola, como, por exemplo, Matemática, História. Estes temas são: ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural e orientação sexual, sendo lançados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no ano de 1998 (LEÃO, 2012). A escolha destes temas, segundo o MEC, é devido a necessidade social de tratá-los, da

abrangência nacional, e também, da possibilidade de auxiliar na compreensão da realidade social.

Em linhas gerais, eles tratam de questões sociais as quais podem ser abrangidas nas disciplinas ditas convencionais. Assim, a transversalidade seria uma maneira de abrandar as compartimentalizações que separam as disciplinas escolares entre si e as tornam fragmentárias. Por conseguinte, seria um modo de promover a relação destas disciplinas de forma mais abrangente (LEÃO, 2009).

Os PCN explicitam que os temas transversais devem ser integrados às áreas convencionais, porém destacam que devido a complexidade destes temas nenhuma das áreas seja suficiente para elucidá-los, visto que eles atravessam distintos campos do conhecimento.

Importa frisar que com os PCN a sexualidade ganha legitimidade de ser abarcada por meio do tema transversal orientação sexual, sendo que estes parâmetros consideram que a escola deve tratar deste assunto por ser fundamental na vida das pessoas (BRASIL, 1997). Borges e Meyer (2008) argumentam que a intenção de introduzir a sexualidade na escola ficou evidente com a introdução da orientação sexual nos PCN.

Analisando os PCN, Vianna e Unbehaum (2006, p.420) expressam que eles representam um importante avanço no que diz respeito à introdução de gênero nas políticas educacionais, sendo que no tópico orientação sexual que ele recebeu grande destaque. Nos dizeres das autoras “Apesar das críticas, os PCN inovaram ao introduzir a perspectiva de gênero como uma dimensão importante da constituição da identidade de crianças e de jovens.”

Leão (2009, p. 49) também expressa a relevância dos PCN, pois colaboraram para a sexualidade, visto que regularizaram sua abrangência pela escola. Nas palavras da referida pesquisadora, “[...] o tema transversal orientação sexual representou um avanço para a problematização da sexualidade no ambiente escolar, pois antes da criação destes parâmetros inexistia um lugar para a sexualidade nos currículos escolares”. No entanto, a autora adverte que no formato dos temas transversais ela fica atrelada a disciplinas tradicionais para ser debatida, podendo-se usar como justificativa para sua não abrangência a ausência de brecha, oportunidade nestas disciplinas.

Vianna (2010) comenta que se evidenciam inúmeras críticas aos PCN devido ao seu caráter centralizador e prescritivo, sob influência dos organismos internacionais. Pensando nisso, Leão (2009) afirma que é preciso a reflexão crítica sobre estes parâmetros, a fim de alertar os educadores do cenário contemporâneo do que há por trás de sua abordagem, de

maneira que eles, ao atuarem com as distintas temáticas propostas pelos temas transversais, possam abrandar a dispersão da ideologia capitalista, visando à formação de cidadãos críticos e não alheios à realidade social do mundo em que estão inseridos.

O trabalho direcionado a discutir a sexualidade nos PCN está organizado em três blocos, sendo eles: corpo e matriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção as DSTs e Aids (BRASIL, 1998). O intuito destes blocos é eleger assuntos principais que devem fazer parte da proposta de orientação sexual.

Concernente a estes blocos, Leão (2009), comenta que a proposta da sexualidade somente como tema transversal pode ser entendida como algo limitado, sobretudo porque ela surge de modo muito simples e se restringe em três blocos de conteúdo, dando a entender que são satisfatórios para prover aos alunos conhecimento e informação.

Todos estes blocos são importantes e apresentam assuntos pertinentes de serem tratados na escola. Porém, é mister sublinhar que o eixo das relações de gênero é imprescindível no trabalho de orientação sexual, uma vez que as relações desiguais entre gêneros é histórica e cultural, sendo que esta reflexão pode colaborar para transformações de atitudes e comportamentos sociais que atenuem as disparidades de direitos e deveres das pessoas em função do gênero que pertencem (LEÃO, 2009).

Neste sentido, Vianna e Unbehaum (2004) ressaltam que as questões relativas ao gênero deveriam transcorrer toda a discussão sobre a sexualidade, sem restringir sua abrangência a um bloco particular, visto que perpassam diferentes assuntos, tais como prevenção de DSTs, abuso sexual, gravidez na adolescência, entre outros.

Segundo os PCN, o trabalho sobre as relações de gênero tem como finalidade “[...] combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação.” (BRASIL, 1997, p.144). Ademais, eles complementam que é necessário “[...] ajudar os jovens a construir relações de gênero com equidade, respeito pelas diferenças, somando e complementando o que os homens e as mulheres têm de melhor, compreendendo o outro e aprendendo com isso a serem pessoas mais abertas e equilibradas.” (BRASIL, 1998, p.323).

Os PCN enfatizam as relações de gênero, reconhecendo-as como essenciais na constituição da identidade das discentes (VIANNA; UNBEHAUM, 2004). Todavia, Leão (2009) admoesta que estes parâmetros sugerem que a internalização dos papéis sexuais, isto é, funções sociais consideradas mais apropriadas para cada gênero exercer na sociedade é algo natural e relevante, como pode ser notado no seguinte trecho:

A construção do que é pertencer a um outro sexo se dá pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidas através da educação, o que atualmente recebe a denominação de relações de gênero. **Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da identidade da criança.** (BRASIL, 1998, p.296, grifo nosso).

A citada autora explica que esta internalização serve de referência às crianças fazendo com que construam as representações dos papéis sociais presentes na sociedade para cada gênero. Isso limita a ação delas, fazendo-as absorver estas representações como algo adequado e inquestionável.

Outro aspecto que pode ser mencionado dos PCN, é que há uma forte ênfase nas DSTs e subordinação da temática de gênero/sexualidade ao trinômio corpo/saúde/doença na orientação sexual, não enfocando a problematização de questões relativas às atitudes, crenças, tabus e significados masculinos e femininos (VIANNA; UNBEHAUM, 2004; VIANNA, 2010). Devido a isso a sexualidade fica circunscrita ao biológico, sendo compreendida como atividade informadora e reguladora.

Nesta perspectiva, Silva (2007) lembra que muitos pesquisadores de relações de gênero tendem a rejeitar os PCN devido a uma leitura limitada do tema que considera a diferença entre homens e mulheres baseado no aspecto biológico, localizado nos genitais. A autora acrescenta a importância de se fazer uma releitura da proposta dos PCN.

Portanto, é preciso uma análise atenta do que diz estes parâmetros, sobretudo, porque o trabalho com a educação sexual deve ser justamente o de confrontar os papéis sociais prévios do feminino e do masculino. Conforme expõe estes parâmetros “Trata-se, portanto, de desvendar e explicitar as discriminações e preconceitos associados ao gênero, no sentido de garantir a equidade como princípio para o exercício da cidadania.” (BRASIL, 1998, p.322), sobretudo porque “[...] as diferenças não devem ficar aprisionadas em padrões preestabelecidos, mas podem e devem ser vividas na singularidade de cada um, apontando para a equidade entre os sexos.” (BRASIL, 2000, p.144).

Além dos PCN outro documento educacional da década de 90 é o Plano Nacional de Educação (PNE). Este Plano representou um recuo no que se refere a inserção das temáticas da sexualidade e das relações de gênero nas políticas educacionais, ao contrário do que ocorre com os PCN (LEÃO, 2012).

Discorrendo acerca das influências das políticas públicas na educação Maia (2004, p.160), discorre que “[...] da mesma maneira que o poder público incentiva e constrói possibilidades interessantes e inovadoras na área pedagógica e educacional, desmonta e apaga caminhos já trilhados, sem que tais experiências sejam avaliadas de modo que se possam incorporar as ações adequadas.” Este foi o caso do PNE que representou um retrocesso na temática da sexualidade, em comparação com os PCN.

Vianna e Unbehaum (2004) traçam uma análise do PNE e explicam que de modo geral não há menção a gênero em seus objetivos gerais. Para as autoras, uma das falhas deste Plano é que no tópico de educação infantil não abrange as relações de gênero, embora esta fase seja fundamental para a socialização das crianças, período distinto em que as distinções de sexo e gênero devem ser trabalhadas.

De acordo com as referidas autoras, este tema surge de forma oculta nesse documento, por exemplo, há uma pequena menção quando trata dos objetivos e metas para o Ensino Fundamental de que o livro didático deve apresentar uma adequada abrangência de questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios.

O PNE (BRASIL, 2001), ao discorrer sobre os objetivos e metas da educação superior, propõe a inserção nas diretrizes curriculares dos cursos de formação docente assuntos relacionados às relações de gênero e de orientação sexual. Ainda neste plano, no tópico “Financiamento e orçamento do ensino superior” há menção a inclusão de questões relevantes à formulação de políticas de gênero nas informações coletadas anualmente por meio de questionário anexo ao exame nacional dos cursos (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

Na análise que realizam deste plano, Vianna e Unbehaum (2004) mostram que o principal equívoco que ele faz é quando trata do acesso de meninas e meninos ao ensino fundamental, pois não desenvolve um diagnóstico das conseqüências quando à permanência deste ensino, só mencionando as estatísticas do ingresso, ocultando-se a tendência crescente de fracasso dos meninos na educação.

A produção sobre o fracasso escolar e sua relação com as disparidades de gênero é ainda insuficiente, e os estudos tem mostrado que há relação entre masculinidades e feminilidades e o melhor e o pior rendimento escolar de cada um dos sexos (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p.7). A autora considera que os gestores e formuladores de políticas públicas não apresentam sensibilidade e compromisso com as questões de gênero que abarcam o ingresso, a permanência e o desempenho escolar de meninos e meninas, visto que

“[...] a desigualdade de gênero não está somente no acesso, mas também ao longo de toda a trajetória de relações escolares”.

Outrossim, a autora aponta que

[...] a compreensão das relações de gênero pela escola corre o risco de permanecer velada, uma vez que as políticas públicas, como no caso dos PNE, não as mencionam e quando o fazem não exploram em todos os temas e currículos os antagonismos de gênero presentes na organização do ensino e do cotidiano escolar. (VIANNA; UNBEHAUM, 2006, p.6).

Vianna e Unbehaum (2004) sintetizam dizendo que as políticas públicas não mencionam as relações de gênero, e quando o fazem não o empreendem em todos os assuntos e itens curriculares. Para as autoras, é preciso questionar a presença de estereótipos de gênero presente nos PCN e no PNE, assim como refletir sobre o modo velado e reducionista que os significados de gênero assumem nestes documentos.

Nesta mesma linha há o projeto Gênero e Diversidade na Escola (GDE), lançado pelo governo brasileiro em 2006, o qual é destinado a formação de profissionais da área de educação nas temáticas de gênero, sexualidade e orientação sexual e relações étnico-raciais, se inserindo na perspectiva nacional de implementação de políticas públicas de igualdade e de respeito à diversidade (LEÃO, 2012). Na realidade este projeto consiste de um curso que é oferecido a todas as Instituições Públicas de ensino superior do país que queiram ofertá-lo pelo sistema da Universidade Aberta do Brasil, visando a formação de profissionais para atuar na diversidade (PEREIRA et al., 2007).

Na apresentação deste projeto os citados autores frisam que objetivam que

[...] professoras, professores e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito a garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira. (PEREIRA et al., 2007, p.10).

Pereira et al. (2007), elucidam que este projeto objetiva trabalhar em conjunto a misoginia, a homofobia e o racismo, lembrando que a escola é um espaço em que as diferentes identidades se encontram e se moldam, caracterizando-se, assim, como um dos espaços mais relevantes para se educar com vias ao respeito à diferença. Assim, este projeto pode trazer importantes subsídios ao trabalho de orientação sexual, instrumentalizando @

professor@ para trabalhar com a diversidade. No entanto, ainda não é possível analisar com precisão a efetividade e extensão deste projeto, principalmente porque está em execução há pouco tempo. Por ora importa ressaltar a relevância desta iniciativa, a qual visa até o ano de 2011 a formação de 120 mil profissionais da educação básica nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual.

Cabe mencionar que segundo Vianna e Unbehaum (2006) o caminho já cursado pelas políticas públicas sugere que está em curso um processo de desenvolvimento de políticas de igualdade.

Em vista do exposto, nota-se que entre as políticas educacionais os PCN que dão legitimidade a sexualidade, apesar de suas lacunas e fragilidades (LEÃO, 2012). O projeto do GDE, por sua vez, visa sanar as mazelas que estas políticas apresentam, tentando instrumentalizar as profissionais da educação no trabalho com sexualidade e relações de gênero, porquanto cabe a eles articular o planejamento e a implementação efetiva destas políticas no âmbito escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as políticas educacionais no Brasil foi possível notar que somente os PCN deram legalidade da sexualidade ser abordada por meio do tema transversal orientação sexual, porquanto tanto na LDB quanto no PNE este assunto é velado, não sendo tratado de maneira tão abrangente e explícita. Com efeito, os PCN contribuíram para que o trabalho de orientação sexual fosse legitimado e estruturado.

Cabe mencionar que uma iniciativa interessante que está ocorrendo é o projeto GDE, voltado a formação dos profissionais da educação nas temáticas de sexualidade e relações de gênero.

Em linhas gerais, há muito a se fazer pensando na efetivação de políticas que sejam eficazes no tocante ao espaço e visibilidade para o trato da sexualidade. Aliás, é preciso se articular além da inserção destes temas nestas políticas, estratégias de sensibilização dos profissionais da educação de maneira a afiançar que sejam de fato postas em prática.

EDUCATIONAL POLICIES IN BRAZIL: THE (IN)VISIBILITY OF SEXUALITY AND GENDER RELATIONS

ABSTRACT: *The present study, theoretical, aims to talk about educational policies in Brazil, aiming to unveil what they say these policies, the legitimacy and visibility that give coverage*

of sexuality in schools. Both sexuality and gender relations have gained attention in a Brazilian educational research in the mid-90th century. These policies have been the National Curricular Parameters (PCN). They present the cross-cutting themes: ethics, health, environment, cultural diversity and sexual orientation, which should be integrated into conventional areas of the school said. Another document of this same decade of education is the National Education Plan (PNE), however this encompasses so hidden sexuality and gender relations. In fact, both the new Law of Directives and Bases (LDB), the PNE in these subjects are veiled. An interesting initiative is happening in Brazil is the project Gender and Sexual Diversity (GDE) for the training of professionals in education issues of gender, sexuality and sexual orientation and ethnic-racial relations, is entering the national perspective of implementation public policy of equality and respect for diversity. However, much remains to be done thinking about the effectiveness of public policies that are effective with respect to space and visibility for the treatment of sexuality. We must also articulate the integration of these themes in these policies, strategies to raise awareness of education professionals in order to secure that they are actually implemented.

KEYWORDS: Educational policy. Sexuality. Gender relations.

REFERÊNCIAS

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. **Ensaio: avaliação política pública educação.** Rio de Janeiro, v. 16, n.58, p.59-76, jan./mar. 2008.

BRASIL. **Plano nacional de educação.** Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual.** Brasília, 1997.

LEÃO, A. M. C. **A percepção do(a)s professore(a)s e coordenadore(a)s dos cursos de Pedagogia da Unesp quanto à inserção da sexualidade e da educação sexual no currículo:** analisando os entraves e as possibilidades para sua abrangência. 259f. Relatório de Pós-Doutorado apresentado à Fapesp, Departamento de Psicologia da Educação, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

_____. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos.** 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

PEREIRA, M. E. et al. **Gênero e diversidade na escola:** formação de professora/ES em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2007/gde-2007.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

SILVA, D. P. M. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma proposta desconhecida. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E

PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30, 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT23-2871--Int.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

VIANNA, C. Gênero e sexualidade nas políticas de educação dos governos FHC e Lula: demandas históricas e desafios futuros. In.: TEIXEIRA, F. et al. (Org.). **Sexualidade e educação sexual: políticas educativas, investigação e práticas**. Portugal: Universidade do Minho, 2010. p.357-62.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Políticas educacionais e superação das discriminações de gênero: o caso do PNE. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: GÊNERO E PRECONCEITO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. 1 CD-ROM.

_____. O gênero nas políticas públicas de educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.121, p.77-104, 2004.